

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1116.00575/2026.67

**PROCESSO AUDESP Nº 04/2026 - CONTRATAÇÃO DIRETA / DISPENSA Nº 04/2026
LEI Nº 14133/2021, Art. 75, II (Dispensa por valor - Bens e Serviços Comuns)**

AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Aquisição de passagens aéreas para diligência junto a gestora Vinci Compass, por parte dos membros do Comitê de Investimentos, e participação no 3º Annual Meeting RPPS, evento promovido pela mesma gestora, que ocorrerá entre os dias 18 e 20 de maio de 2026, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

Aquisição por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista o objeto se tratar de bem ou serviço comum, cujo valor está dentro do limite estabelecido pelo dispositivo legal.

3. DA JUSTIFICATIVA

A participação de membros do Comitê de Investimentos no 3º Annual Meeting RPPS, promovido pela Vinci Compass, justifica-se pela necessidade de acompanhamento institucional dos investimentos mantidos pela Autarquia, bem como pelo fortalecimento das práticas de governança e monitoramento da carteira de investimentos do RPPS. O evento contempla a prestação de contas dos fundos geridos pela gestora, além de debates técnicos sobre cenários macroeconômicos e microeconômicos, estratégias de alocação e perspectivas para os mercados financeiro e de capitais, aspectos essenciais para o processo de tomada de decisão e avaliação de riscos na gestão dos recursos previdenciários.

Destaca-se, ainda, a oportunidade de realização de diligência institucional junto à gestora, responsável pela administração do fundo VINCI CAPITAL PARTNERS IV FEEDER B FIP MULTISTRATÉGIA, atualmente integrante da carteira de investimentos do RPPS. Essa atividade permite o contato direto com a equipe de gestão, o acompanhamento das estratégias adotadas, a análise do desempenho do fundo e a obtenção de informações qualificadas sobre a condução dos investimentos.

Adicionalmente, a realização de diligências presenciais junto a gestores de recursos está alinhada às boas práticas de governança e monitoramento de investimentos, conforme orienta o Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 4.0 (2026), especialmente no que se refere à necessidade de registro e elaboração de relatórios periódicos de diligência, evidenciando o acompanhamento ativo dos ativos que compõem a carteira do regime próprio.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS

ITEM	UN.	QTDE	ESPECIFICAÇÕES
01	Passageiro	02	<p>Passagem aérea de São José do Rio Preto/SP ao Rio de Janeiro/RJ (ida e volta, apenas bagagem de mão):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saída de São José do Rio Preto/SP no dia 18/05/2026, com <u>chegada no Rio de Janeiro/RJ até 11h do mesmo dia;</u> • Retorno do Rio de Janeiro/RJ com saída a partir das 13h do dia 21/05/2026, com <u>chegada em São José do Rio Preto/SP até às 19h59 do mesmo dia.</u>

3.1. A contratação/aquisição será **por item**, sendo que, para efeito de elaboração de proposta, deverão ser observadas as respectivas especificações e quantidades descritas na tabela acima para cada item.

3.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço total para o item**, observadas as exigências contidas neste Aviso e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 3.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO, EXECUÇÃO DO OBJETO, LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA E GARANTIA DO OBJETO

6.1. Entende-se desnecessária a exigência de catálogo, ficha técnica e/ou amostra, considerando-se o presente objeto.

6.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido as características do objeto.

6.3. O prazo máximo para entrega do objeto, será de imediato a partir da data determinada na Ordem de Fornecimento, em remessa única.

6.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.5. O local de entrega não se aplica para esta aquisição.

6.6. O horário para entrega dos produtos não se aplica para esta aquisição.

6.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

7.1.1 Obedecer às especificações constantes neste termo de referência;

7.1.2 Observar a Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE, atuando em conformidade com as premissas básicas, princípios e regras que ditam o acesso, o controle e a transmissão da informação na CONTRATANTE.

7.1.3 Observar o Código de Ética e Conduta da Contratante, atuando em conformidade com as premissas estabelecidas no documento;

7.1.4 Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade da contratada, se for o caso;

7.1.5 Prestar os serviços ou entregar os produtos dentro do prazo estipulado deste termo;

7.1.6 O retardamento na prestação dos serviços ou entrega dos produtos não justificado considerar-se-á como infração contratual;

7.1.7 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

7.1.8 Efetuar serviços de suporte e orientação para o atendimento de dúvidas e esclarecimentos que possam surgir ao longo de todo o período da prestação do serviço ou entrega do produto à CONTRATANTE;

7.1.9 Manter com a CONTRATANTE relação sempre formal, por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser de imediato, confirmados por escrito;

7.1.10 Arcar com todos os ônus e encargos decorrentes da execução do objeto do contrato, compreendidas todas as despesas incidentes direta ou indiretamente no custo, inclusive os previdenciários e fiscais, tais como impostos ou taxas, custos de deslocamento necessários a prestação dos serviços objeto deste Termo;

7.1.11 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.

7.1.12 Dar conhecimento imediato e formal, ao CONTRATANTE de todas as dificuldades e problemas detectados em todas as fases do projeto que possam impactar na implantação e/ou manutenção/supervisão do serviço prestado ou do produto contratado.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- 8.1.1 Exercer a fiscalização da execução do objeto licitado;
- 8.1.2. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- 8.1.3. Efetuar o pagamento devido, na forma estabelecida neste Termo;
- 8.1.4. Facilitar por todos os meios ao cumprimento da execução pela CONTRATADA, dando-lhe acesso e promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e empregados da contratada, cumprindo com as obrigações pré-estabelecidas;
- 8.1.5. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada;
- 8.1.6. Comunicar por escrito à CONTRATADA qualquer atualização e/ou alteração no escopo do trabalho;
- 8.1.7. Analisar a nota fiscal para verificar se ela é destinada a Instituição e se as especificações são as mesmas descritas neste termo de referência;
- 8.1.8. Comunicar por escrito à CONTRATADA o não recebimento do objeto, apontando as razões de sua não adequação aos termos contratuais;
- 8.1.9. À CONTRATANTE, é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições deste objeto;
- 8.1.10. O recebimento do objeto deste Termo a será provisório, para posterior verificação, da sua conformidade com as especificações e da proposta pela área técnica competente, garantindo sua conformidade com o objeto licitado.

9. DA FISCALIZAÇÃO CONTRATO:

- 9.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da RIOPRETOPREV, designado pelo Diretor Superintendente da autarquia, que atestará a Nota Fiscal e competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Diretoria.
- 9.2 A fiscalização representará a RIOPRETOPREV a fim de garantir o fiel cumprimento ao presente contrato, tendo ainda como atribuições:
- 9.3 Certificar as Notas Fiscais correspondentes após constatar o cumprimento da entrega do objeto e sua instalação e;
- 9.4 Transmitir suas ordens e instruções por escrito à CONTRATADA, salvo em

situações de urgência ou emergência, sendo reservado à CONTRATADA o direito de solicitar da fiscalização, por escrito, a posterior confirmação de ordens ou instruções verbais recebidas;

9.5 As decisões e providências que ultrapassem a competência dos respectivos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes. A omissão, ainda que eventual, da fiscalização do RIOPRETO PREV no desempenho de suas atribuições, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela perfeita execução do objeto contratado.

10. DA ESTIMATIVA, DO PAGAMENTO E DA ADQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O valor médio estimado para a contratação, com base na pesquisa direta com 3 (três) fornecedores regulares, mediante solicitação formal de cotação, conforme consta nos autos, é de R\$ 6.408,64 (seis mil, quatrocentos e oito reais e sessenta e quatro centavos).

10.1. O(s) contratado(s) apresentará(ão) ao Órgão Requisitante a Nota Fiscal Eletrônica de Serviço e de Compra referente à execução e ao fornecimento efetuado, a qual será paga em até 10 dias após a o recebimento pela RIOPRETO PREV.

10.2. Para a Nota Fiscal Eletrônica de Serviço deverá ser observado o disposto na Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que estabelece a obrigatoriedade de os Municípios reterem o referido imposto nos pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, ficando isentas as empresas optantes pelos SIMPLES NACIONAL E MEI, devendo, nesse caso, a nota fiscal indicar essa qualidade.

10.3. A fonte de recursos que comportará a realização das despesas decorrentes da contratação:

Ação: 2059 - Manutenção RPPS

Fonte: 04 RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Dotação: 04 01 04 122 0018 2 059 339033 04 602000 - Passagens e Despesas com Locomoção

São José do Rio Preto, na data da assinatura digital.

(Assinatura digital na margem)

Ludmila Andrade Sernagiotto de Souza
Coordenadora Administrativa

(Assinatura digital na margem)

Cel. Miguel Elias Daffara
Diretor Superintendente